

MARÇAL JUSTEN FILHO

REFORMA DA LEI DE
IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA

Comparada e comentada

LEI 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 05.11.2021

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Joyce Matos

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

J97r

Justen Filho, Marçal, 1955-

Reforma da lei de improbidade administrativa comentada e comparada: Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021 / Marçal Justen Filho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4292-2

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Corrupção administrativa – Brasil. 3. Crime contra a administração pública – Brasil. I. Título.

21-74351

CDU: 342.98(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

Sumário

Capítulo I – Das Disposições Gerais – <i>Arts. 1º a 8º-A</i>	5
Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa – <i>Arts. 9º a 11</i>	79
Seção I – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito – <i>Art. 9º</i>	79
Seção II – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário – <i>Art. 10</i>	87
Seção II-A (<i>Revogada</i>)	108
Seção III – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública – <i>Art. 11</i>	108
Capítulo III – Das Penas – <i>Art. 12</i>	133
Capítulo IV – Da Declaração de Bens – <i>Art. 13</i>	161
Capítulo V – Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial – <i>Arts. 14 a 18-A</i>	165
Capítulo VI – Das Disposições Penais – <i>Arts. 19 a 22</i>	229
Capítulo VII – Da Prescrição – <i>Arts. 23 a 23-C</i>	245
Capítulo VIII – Das Disposições Finais – <i>Arts. 24 e 25</i>	263
BIBLIOGRAFIA	271
ANEXO – TABELA COMPARATIVA LEI 8.429/1992 X LEI 14.230/2021	281